

AO EXPEDIENTE
Em 27 ABR 2010

Proj. Lei nº 825/10



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

27 ABR 2010

Protocolo 096/10
Processo 095/10

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 27/04/2010
1º Secretário

MENSAGEM Nº 074, DE 23 DE ABRIL DE 2010.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Prorroga até 30 de junho de 2010, o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual (Lei nº 2118, de 2009) autorizado pelo Convênio ICMS nº 62/2010".

Senhores Deputados, a prorrogação visa oportunizar aos contribuintes a regularização de suas contas com o Fisco rondoniense com redução dos encargos moratórios ao tempo em que possibilita ao Estado de Rondônia alavancar sua arrecadação tributária com um contingente maior de contribuintes espontâneos.

Importante ressaltar que a prorrogação já foi autorizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ através do Convênio ICMS nº 62/2010.

Por último, lembramos que, por se tratar de matéria de convênio, o texto não pode ser alterado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

JOÃO APARECIDO CAHULLA
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

27 ABR 2010

[Assinatura]
Nome

10:40 2010/04/27 000583 00000000 00000000 00000000



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 23 DE ABRIL DE 2010.

Prorroga até 30 de junho de 2010, o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual (Lei nº 2118, de 2009) autorizado pelo Convênio ICMS nº 62/2010.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos abaixo enumerados da Lei nº 2118, de 13 de julho de 2009, que “Instituiu o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual – REFAZ-IV”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos Tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, REFAZ-IV, que contempla os débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2008, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 1º O débito será consolidado, de forma individualizada, na data da opção pela adesão ao programa, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte à repartição fazendária, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores do ICMS, ocorridos até 31 de dezembro de 2008.

.....
Art. 2º

§ 1º

I – aplica-se a débito fiscal objeto de parcelamento anterior, inclusive programas de recuperação de créditos tributários, desde que rescindido até 31 dezembro de 2008;”

IV –

a) objeto de parcelamento em curso ou rescindido após 31 de dezembro de 2008;

.....
Art. 5º O ingresso no REFAZ-IV dar-se-á por adesão do contribuinte, no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela, a ser formalizada até o prazo máximo de 30 de junho de 2010.”

Art. 2º Fica revogado o § 3º do artigo 5º, da Lei nº 2118, de 13 de julho de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.